



Brasília-DF, 08 de dezembro de 2022

Aos/as Coordenadores/as do Grupo de Transição de Relações Exteriores
Aos/as Coordenadores/as do Grupo de Transição de Meio Ambiente

A Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA foi formada em setembro de 2020 com o objetivo de retomar o processo de formação da sociedade civil brasileira para atuar na agenda de comércio exterior, além de incidir, nacional e internacionalmente, nos Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA. Atualmente, é composta por mais de 120 entidades da sociedade civil organizada, representantes de redes, organizações e movimentos sociais do campo ecumênico, sindical, ambientalista e climático, da cooperação internacional, da luta indígena e quilombola, do movimento feminista e de mulheres, e pela defesa da reforma agrária e soberania alimentar.

Há muitos anos a sociedade civil brasileira constrói processos de resistência social contra os acordos de liberalização comercial. Nos anos 2000, a luta pelo “Não a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)” resultou na rejeição daquele acordo, por nós considerado deletério tanto no que diz respeito ao desenvolvimento nacional quanto para o cotidiano da vida de cidadãos e cidadãs brasileiros. Naquele momento já apontávamos para as trocas comerciais e ecológicas desiguais propostas nos termos do ALCA, algo que se repete para o caso do Acordo Mercosul-UE, bem como alertávamos para a necessidade de criação de sistema de governança e participação social transparentes e inclusivos para o caso dos acordos internacionais.

Do início do século à entrada na sua terceira década, diagnosticamos profundas e rápidas mudanças. Não só o Brasil mudou, o entorno latino-americano e global entraram em um novo momento político, econômico e social. A grande noite neoliberal, contra a qual lutamos arduamente, voltou a assombrar nosso país e nossa população, agora, de mãos dadas com o autoritarismo que pensávamos ter ficado para trás na história. Não ficou. E exige de nós coragem para reconstruir o Brasil, sob novas bases, mais atentas ao meio ambiente e às chamadas demandas minoritárias, das periferias das cidades ao povo do campo, das florestas e das águas. É, enfim, nossa compreensão que vivemos um período de transição epocal, o que aumenta nossos desafios, mas igualmente nossas responsabilidades. **Falar dos Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA nesse contexto exige reconvocar uma ética da responsabilidade para a mesa de negociação.**

Desde 2016, vivemos momentos de enorme retrocesso democrático no país. O fechamento de espaços de participação e afastaram a sociedade civil da política institucional, exigiu da sociedade civil criatividade para manter-se informada das discussões no âmbito da política externa brasileira. O monitoramento desta política



pública, que nunca foi fácil - dadas as dificuldades de custo, idioma e tecnicidade - tornou-se ainda mais difícil. Refletindo este contexto, o encerramento das negociações no âmbito dos Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA ocorreram em sigilo, a portas fechadas, resultando em um desconhecimento, ainda hoje, do texto final desse acordo. **Por isso, compreendemos que uma nova etapa de discussões, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e de um Itamaraty conectado com o seu tempo, exigirá a reabertura do diálogo político com a sociedade civil.**

É, pois, com vistas à construção desse diálogo político, trazemos algumas contribuições para conhecimento da equipe de transição do governo:

- **Em julho de 2019 o governo de Jair Bolsonaro fechou o Acordo Mercosul – União Europeia depois de 20 anos de negociações sem nenhuma participação da sociedade civil brasileira.** Com a guerra entre Rússia e Ucrânia o cenário geopolítico internacional se alterou significativamente, principalmente no que se refere à demanda por energias renováveis, gerando maior pressão para implementação do acordo.
- **Recentemente a União Europeia aprovou uma regulação que proíbe a comercialização de commodities produzidas com base no desmatamento assim como está buscando separar o pilar comercial do pilar de diálogo político e cooperação do acordo,** o que vai contra os interesses brasileiros de afirmação dos direitos humanos e representaria um retrocesso do ponto de vista dos “Acordo de Nova Geração”.
- **Os maiores beneficiados pelo acordo serão as empresas transnacionais interessadas** na importação de matérias primas baratas, na privatização de serviços e na ampliação de mercados para seus produtos industrializados;
- **Ao trocar commodities agrícolas e minerais por produtos industrializados e tecnológicos de maior valor agregado, o acordo estimulará o desemprego, o aprofundamento da desindustrialização, a reprimarização da economia, a evasão de divisas e a sonegação de impostos.** Ademais, reforçará a competitividade perversa, em que os potenciais ganhos obtidos pelo setor do agroextrativista, implicarão destruição ambiental, perdas para o setor industrial, ataques aos direitos dos trabalhadores/as, além de concentrar a produção em setores intensivos em energia e água.
- **Do ponto de vista ambiental e climático, o acordo contribuirá para o aumento das emissões de gases do efeito estufa e para a devastação do conjunto dos biomas e regiões brasileiras.** O acordo pressiona a política nacional para induzir o adensamento da malha logística na região norte do país, além de estimular a expansão da fronteira agrícola, com o aumento das áreas de cultivo para produção de carne, etanol, cana-de-açúcar, soja; alguns dos principais vetores de desmatamento e queimadas que vêm impactando os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e as Metas de Aichi sobre proteção da biodiversidade.



- **O acordo incentiva a expansão do modelo biotecnológico agrícola baseado no uso extensivo de agrotóxicos. Esses produtos afetam diretamente a saúde dos trabalhadores rurais, assim como a soberania alimentar e segurança nutricional da população do campo e da cidade.** O caso do Brasil é emblemático, pois nunca foram aprovados tantos agrotóxicos e ingredientes ativos como nos últimos quatro anos. Muitos desses são proibidos na Europa.
- **Na área de compras governamentais, o acordo prevê que pequenas e médias empresas locais devem competir em pé de igualdade com as multinacionais europeias, o que significará restringir** a possibilidade de promover o emprego local por meio de política pública. O acordo apresenta impacto negativo para políticas fundamentais ao objetivo primeiro já anunciado pelo governo eleito de combater a fome, já que fragiliza a agricultura familiar e camponesa, além de tornar letra morta as iniciativas que nos tiraram do mapa da fome no passado, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Finalmente, como o Acordo Mercosul-UE está pendente de ratificação pelos países membros de cada bloco e ainda não sabemos se poderá vigorar unilateralmente, solicitamos ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva que assuma o compromisso de reabrir as negociações, com a participação ampla da sociedade civil.

Cordialmente,

Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA